



Anais da Assembléia

N.61

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 04 DE JUNHO DE 1987

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 49.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 1987
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelo Senhor Deputado Lindolfo Júnior e pela Senhora Deputada Vera Agibert.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazerri, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quiel-se Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Alves, Gernote Kirinus, Irondi Pugliesi e Paulo Furiatti (04). Achando-se em licença o Senhor Deputado Nestor Baptista (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após a leitura do Expediente, nós vamos proceder à verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Quero deixar registrado nos Anais da Casa que a Ata foi aprovada pelos Deputados Anibal Khury, Valderi Mendes Vilela, Nereu Carlos Massignan, Cândido Bastos, José Rogério Carvalho, Algaci Túlio, Alexandre Ceranto, Pedro Tonelli e pela Deputada Vera Agibert.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Senhora 1.^a Secretária, procederá à leitura do Expediente.

A SRA. 1.^a SECRETÁRIA - Procede à leitura do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Pedro Tonelli requer a chamada nominal?

O SR. PEDRO TONELLI - Não, eu requeri a verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já estava aprovada, nobre Deputado, mas vamos proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada trinta Senhores Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão e deliberação.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM N. 50/87

Curitiba, 29 de maio de 1987.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada apreciação dos membros dessa Egrégia Assembléia Legislativa, para os fins constitucionais, o anteprojeto de lei que altera os limites para a abertura de créditos suplementares para a administração direta e indireta, fixados na Lei n. 8.426, de 8 de dezembro de 1986.

O Orçamento do Estado para 1987, tal como foi aprovado pela Assembléia Legislativa, encontra-se inadequado face à emergência de fatos novos, não só no âmbito da economia - em que se destaca o recrudescimento da inflação - como também no âmbito político, com a mudança do Governo Estadual verificada em 15 de março passado.

A Lei n. 8.426, de 8 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Orçamento Geral

do Estado para o exercício financeiro de 1987, estima as receitas do tesouro e de Outras Fontes em Cz\$ 27.118.810.908,00 (vinte e sete bilhões, cento e dezoito milhões, oitocentos e dez mil e novecentos e oito cruzados), sendo Cz\$..... 24.547.000.000,00 (vinte e quatro bilhões, quinhentos e quarenta e sete milhões de cruzados) correspondentes a recursos de recolhimento centralizado e Cz\$..... 2.571.810.908,00 (dois bilhões, quinhentos e setenta e um milhões, oitocentos e dez mil e novecentos e oito cruzados) à conta de recursos de recolhimento descentralizado, fixando as despesas em igual importância.

Como se sabe, o Orçamento vigente foi elaborado com expectativa de inflação zero, vale dizer, a preços da época que se iniciou o processo de sua elaboração (junho de 1986), ainda sob o impacto das medidas do Plano Cruzado. Desde então, o processo inflacionário acentuou-se, já tendo se verificado no período de junho/86 - abril/87, uma variação de 117,79% do IPC, sendo que em junho de 1986, o valor da OTN era de Cz\$ 106,40 e do dólar Cz\$ 13,84, alcançando atualmente a OTN o valor de Cz\$ 207,97 e o dólar Cz\$ 30,41, com um crescimento na ordem de 95,46% e 119,72%, respectivamente.

A inflação proporciona crescimento nominal da Receita, decorrente da atualização permanente da base tributária. Isso não ocorre com a despesa, cujas dotações estão fixadas pela Lei Orçamentária, havendo a necessidade portanto de seu ajustamento às novas condições econômicas, bem acima do teto de 10% definido nos artigos 8.º e 5.º da Lei n. 8.426, que representa um limite de Cz\$ 2.711.881.090,00. Convém lembrar ainda que nesse limite está incluído o remanejamento de dotações orçamentárias, o que reduz o montante autorizado para o aumento efetivo do Orçamento.

Face às considerações anteriores, torna-se necessário obter autorização legislativa para a reprogramação dos dispêndios, especialmente das despesas relativas às espécies Pessoal e Encargos Sociais e Serviços da Dívida, que foram reavaliadas tomando-se por base os fatos conhecidos, os encargos assumidos, o pagamento dos salários com a aplicação do gatilho, noventa dias após a incidência e uma estimativa de 456% de variação de preços no período de janeiro a dezembro de 1987, conforme detalhamento a seguir. Para as espécies Outras Despesas Correntes e Outras Despesas de Capital, estou solicitando novas autorizações, considerando-se a aplicação do percentual correspondente ao índice oficial acumulado da inflação no exercício, até o mês que anteceder a suplementação. A utilização efetiva de tais limites ficará

condicionada à capacidade financeira do Estado.

RECURSOS DO TESOURO Cz\$ 1,00

ESPÉCIE	VALOR ORÇADO	VALOR REEST.
Pessoal e Enc.		
Sociais	9.199.860.997	33.203.700.000
Serviços da		
Dívida	3.797.248.208	13.565.913.000

RECURSOS DE OUTRAS FONTES 1,00

ESPÉCIE	VARLOR ORÇADO	VALOR REEST.
Pessoal e Enc.		
Sociais	690.318.018	3.842.448.151
Serviços da		
Dívida	7.284.540	40.547.206

São estas as considerações que julguei oportunas e certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n. 8.426, de 8 de dezembro de 1986, à conta de Receitas de Recolhimento Centralizado até o valor de Cz\$..... 33.772.505.000,00 (trinta e três bilhões, setecentos e setenta e dois milhões, quinhentos e cinco mil cruzados) para atender as seguinte espécies de despesas dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, inclusive as transferências de recursos para as entidades vinculadas da administração indireta:

I. Pessoal e Encargos	
Sociais	Cz\$ 24.003.840.000,00
II. Serviços da	
Dívida	Cz\$ 9.768.665.000,00

Art. 2.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares aos Orçamentos Próprios das Autarquias, Empresas Públicas, Fundações, instituídas pelo Estado e Órgãos de Regime Especial, aprovados pelo Decreto n. 9.949, de 14 de janeiro de 1987, à conta de Receitas de Recolhimento Descentralizado, até o valor de Cz\$ 3.185.394.000,00 (três bilhões, cento e oitenta e cinco milhões, trezentos e noventa e quatro mil cruzados) para atender as programações de cada Unidade nas espécies de despesas de:

I. Pessoal e Encargos	
Sociais	Cz\$ 3.152.131.000,00
II. Serviços da	

Dívida Cz\$ 33.263.000,00

Art. 3. - Fica também o Poder Executivo autorizado a suplementar as dotações orçamentárias destinadas a atender Outras Despesas Correntes e Outras Despesas de Capital inseridas no Orçamento Geral do Estado e nos Orçamentos Próprios das Autarquias, Empresas Públicas, Fundações instituídas pelo Estado e Órgãos de Regime Especial, mediante a aplicação do percentual correspondente ao índice oficial acumulado da inflação no exercício de 1987, até o mês que antecede a suplementação, quando se esgotarem as autorizações legislativas contidas no § 2.º do artigo 5.º e no artigo 8.º da Lei n. 8.426, de 8 de dezembro de 1986, considerando-se como fator de referência o valor global inicial de tais dotações inseridas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 4.º - Servirão como fonte de recursos para cobertura dos créditos referidos nos artigos 1.º, 2.º e 3.º, quaisquer das formas especificadas no § 1.º do artigo 43 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 67/87, que concede Título de Cidadão Benemérito do Estado ao Cel. Dagoberto Dulcídio Pereira.

Sala das Sessões, em 04.06.87.

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações ao Dr. FERNANDO MIRANDA pela sua nomeação e posse na PORTOBRÁS.

REQUER, ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 04.06.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A indicação e posse do Dr. Fernando Miranda na PORTOBRÁS é motivo de júbilo para todo o Paraná.

Identificado sempre com as preocupações das causas paranistas, o Doutor Fernando Miranda assume a PORTOBRÁS precisamente no momento em que o Brasil acorda para a reação necessária para o seu desen-

volvimento.

O ilustre conterrâneo alcança posição com sua grande experiência pessoal enriquecida por afirmações realizadas, quer na atividade privada, quer nas elevadas funções públicas, sempre exercidas com brilho e eficiência no nosso Estado.

Será sem dúvida mais um paranaense a se fundir com a equipe do Presidente Sarney, para equacionar os problemas e servir à causa pública.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, sejam inseridos nos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações ao Pastor José Pimentel de Carvalho e à Igreja Evangélica Assembléia de Deus, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense e em especial à comunidade Curitiba, através da área de assistência social praticada sob sua presidência, em benefícios das crianças, velhos, viciados e homossexuais e demais pessoas que procuram a assistência material e religiosa daquela igreja.

Sala das Sessões, em 04.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Apoio: Rafael Greca, Algaci Túlio e Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido se faz em função das atribuições do pastor evangélico mencionado, que desde 1962 é Presidente da Igreja Evangélica Assembléia de Deus e Presidente da Convenção da mesma, em todo Estado do Paraná e ainda Cidadão Honorário de Curitiba, sem nunca ter recebido de seu povo qualquer reclamação na condução dos trabalhos religiosos e materiais.

Tal solicitação ainda é feita de forma a ser considerada como desagravo público em relação as declarações prestadas pelo radialista Carlos Simões, da Rádio Difusora de Curitiba, quando fez ataques a pessoa do mencionado pastor e da igreja, a qual atravessa dificuldades financeiras em função de altos investimentos na área social e imobiliária, realizados durante a vigência do Plano Cruzado, tornando-se mais uma das milhões de vítimas do aumento desumano das taxas de juros, hoje empregadas pelos maiores causadores dos desajustes econômicos de nosso País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações ao Doutor FERNANDO MIRANDA, Excelentíssimo Diretor Financeiro da PORTOBRÁS.

Sala das Sessões, em 04.06.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento de congratulações, ao Excelentíssimo Doutor FERNANDO MIRANDA deve-se ao fato de ter ocupado o cargo de Secretário de Estado da Indústria e Comércio e, no pouco tempo em que esteve à sua frente, portou-se com garbo no que tange ao desenvolvimento industrial e comercial do Paraná.

Atuante também quando de sua assunção ao cargo de Secretário de Estado de Representação Externa e, hoje, assumindo a Diretoria Financeira da PORTOBRÁS, onde temos a certeza de que portar-se-á com a mesma dignidade com que sempre representou nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja inserido na Ata dos Trabalhos de hoje, voto de congratulações ao Jornal "O COMÉRCIO" pela passagem do seu quinquagésimo sexto aniversário de fundação.

REQUER, ainda, que da decisão da Casa seja dado ciência a direção do Jornal.

Sala das Sessões, em 04.06.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Respeitado por uma extraordinária credibilidade na opinião pública, o Jornal "O COMÉRCIO" merece e deve receber este registro com a homenagem aos diretores, jornalistas e demais funcionários que, juntos, têm construído a grandeza daquele Jornal no dia a dia, com seus relevantes serviços à comunidade de um modo geral.

A completar seu quinquagésimo sexto aniversário, o Jornal "O COMÉRCIO" conseguiu um feito considerado pelos grandes jornalistas do Estado como importantíssimo, pois a circulação semanal, ininterrupta, de um órgão de imprensa num País em crise, é um feito ainda mais importante quando esta circulação apresenta um crescimento constante, demonstração de eficiência e vitalidade. O Jornal "O COMÉRCIO" tem conseguido se destacar nos últimos anos pela seriedade das suas informações, pela competência de seus editoriais e pela ampliação ocorrida em seu corpo de assinantes, ao ponto do mesmo se ombrear com as principais publicações do Sul do Estado. O segredo está no jornalismo moderno e independente adotado pelo "O COMÉRCIO", sob a competente administração do Jornalista IVO DOLINSKI.

O Jornal "O COMÉRCIO", fundado em 11 de junho de 1931 pelo saudoso Jornalista HERMINIO MILIS, tornou-se leitura obrigatória para toda a população das cidades gêmeas do Iguaçu, bem como para milhares de paranaenses e catarinenses de toda a região de Porto União da Vitória.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais REQUER à Mesa, após a aprovação do Plenário, seja inserido nos Anais da Casa, "VOTO DE LOUVOR" ao Excelentíssimo Senhor TEOBALDO VICTORIO MACHADO, Digníssimo Diretor de Saneamento e Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal.

Sala das Sessões, em 04.06.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

JUSTIFICATIVA:

TEOBALDO VICTORIO MACHADO, no curto período em que exerce as suas funções, vem demonstrando e marcando o seu desempenho pelo evidente sentimento paranista, e mais que isto, canalizando a sua incansável atividade para a melhoria de qualidade de vida dos segmentos marginalizados da nossa sociedade.

No afã de atingir as metas propostas, TEOBALDO VICTORIO MACHADO, já conseguiu carrear recursos junto ao Governo Federal para o nosso Estado, que já tangem a casa dos Cz\$ 13.800.000.000,00 (treze bilhões e oitocentos milhões de cruzados), esforço este que por si só, justifica o pleito de gratidão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Dr. Renê Ariel Dotti, DD, Secretário de Estado da Cultura, solicitando seja autorizada a apresentação do Grupo Teatral da Fundação Teatro Guaíra, nas solenidades de inauguração do Ginásio de Esportes de Pérola d'Oeste, a realizar-se entre os dias, 30 de agosto e 07 de setembro do corrente ano, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido Município.

Sala das Sessões, em 04.06.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O Ginásio de Esportes que estará sendo inaugurado em Pérola d'Oeste é uma antiga reivindicação das autoridades municipais e diretorias de escolas, bem como atende aos anseios dos escolares, que vêm realizando o seu desejo de um local próprio ao desenvolvimento de suas atividades esportivas.

Outrossim, o esporte e a cultura estão intimamente ligados, razão pela qual entendemos viável e justa a concordância dessa Secretaria ao nosso pedido, no sentido de proporcionar à comunidade estudantil de Pérola D'Oeste, bem como a seus demais membros, a oportunidade de um deleite cultural através da apresentação do Grupo de Teatro da Fundação Teatro Guaíra, o qual já é conhecido nacionalmente por suas realizações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Rafael de Almeida Magalhães, Ministro da saúde, protestando veementemente contra a falta de sensibilidade da Comissão de Nefrologia do Estado do Paraná, e contra a morosidade dos seus pareceres, bem como a burocracia que norteia o trâmite dos processos, colocando em sério risco a vida de seres humanos, como do jovem Fernando Simões Pinto.

Sala das Sessões, em 04.06.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Ainda em abril do ano corrente, sensibilizou-nos o caso de um jovem de 24 anos, portador de grave enfermidade renal, que dependia do uso de determinado medicamento para sobreviver a um transplante renal.

Dirigimo-nos imediatamente ao INAMPS, através de ofício que levava apenso todos os documentos que atestam a necessidade imperiosa do medicamento.

Desde esta atitude até a presente data, nenhum dia se passou sem que mantivéssemos contratos com os mais diversos setores daquela administração, contatos que culminaram com a determinação de órgãos diretamente ligados ao Ministério da Saúde para que o medicamento nos fosse entregue.

Ainda assim, apesar da intervenção e apoio do Secretário de Estado da Saúde, do INAMPS, etc, a ordem esbarrou no parecer da Comissão de Nefrologia.

A distorção no setor tem sido tão grande, que se o jovem em questão não sobreviver aos "trâmites legais", provavelmente em seu atestado de óbito constará como causa mortis "incompetência e inoperância político-administrativa".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião

Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE-Escola Especial Nice Braga, Rua Andirá s/n., em Umuarama.

Uma vez aprovado, REQUER, que se dê ciência ao ilustre Senador Cláudio C. Pelanda, Presidente desta entidade acima referida; e ao Senhor Sebastião Calixto Barbosa, Líder do Partido da Frente Liberal, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 04.06.87.

(a) Alexandre Ceranto

JUSTIFICATIVA:

A instituição aludida presta excelentes serviços à comunidade local, no atendimento aos carentes necessitados de cuidados e de carinho. Os recursos ora solicitados em muito ajudarão, pois os que procuram merecem atenção e do órgão é exigida correspondência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Secretário da Educação, Cultura, Interior, Agricultura, Planejamento e da Saúde e Bem-Estar Social encarecendo a necessidade de programas para o cumprimento da Lei 7957/84.

Sala das Sessões, em 04.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que a Lei n. 7957, de 21 de novembro de 1984, já existe há mais de dois anos e que no entanto não vem sendo cumprida em sua plenitude, sugere-se aos Senhores Secretários a elaboração de programas que visem o cumprimento dos objetivos da referida Lei.

A gralha azul apresenta duas razões básicas para ser preservada. A primeira é que ela é a ave símbolo do Paraná, por ser uma incansável lutadora pela prevenção do equilíbrio, alimenta-se principalmente do pinhão, fruto da araucária-augustifolia. Muitas vezes esconde os pinhões, enterrando-os na mata, para posterior alimentação, como normalmente esquece o local, o pinhão acaba germinando, nascendo uma nova árvore.

Assim, a gralha azul contribui grandemente para o reflorestamento natural, não só do pinheiro paranaense, como dos outros vegetais que crescem em associação com esta árvore, uma vez que formam um ciclo importante para o desenvolvimento normal e equilibrado das matas paranaenses.

Temos de reconhecer que a gralha azul foi talvez a ave que mais contribuiu para a formação de uma das principais riquezas da nossa terra: a madeira. No entanto, com

a ocupação de todos os espaços, com o desmatamento desenfreado, foi perdendo terreno para a construção de seu habitat. E hoje é uma ave em extinção. Se os órgãos educacionais e culturais do governo estadual, não moverem processos de educação do povo em favor dela, e se os setores produtivos não se conscientizarem da necessidade da sua preservação e da recuperação do habitat, ela se extinguirá.

Achamos que a gralha azul deve ser a bandeira para o restabelecimento do equilíbrio ambiental e ecológico em nosso Estado.

Outrossim, conforme o referido diploma, há de se preservar também o pinheiro através de ação decisiva no poder público.

No Paraná, lamentavelmente continuamos carentes de uma política florestal definida e clara que possa ser levada a nível da pequena e média propriedade rural.

É oportuno lembrar que a ONU e a FAO recomendam que a reserva florestal não deve ser inferior a 30% da área de um Estado ou País.

Obviamente, o Paraná está muito aquém deste índice.

Reconhecemos que o Paraná é pujante na agricultura e responde por mais de 25% da produção brasileira de cereais. Porém, não podemos esquecer da tradicional vocação florestal e sobretudo que os temas floresta e agricultura não são conflitantes, antes até se completam.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Dr. Michele Caputo Neto, Diretor Geral da CEME no Estado do Paraná, solicitando a este órgão do Ministério da Saúde o envio de medicamentos para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Sarandi, conforme justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 04.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sarandi assinou o termo de Convênios Médicos em Novembro de 1986.

O Município de Sarandi tem uma população muito carente e depende de assistência gratuita de remédios do Governo Federal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, na pessoa do

Senhor Secretário, Dr. Osmar Dias, sugerindo a este órgão uma maior integração de prefeituras e maquinistas dos municípios produtores de algodão, na campanha de combate à praga denominada "Bicudo do Algodão".

Sala das Sessões, em 04.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Pela importância econômica e social desta cultura, suporte básico de inúmeros municípios no Estado, e fornecedora de mão de obra durante quatro meses do ano para um grande contingente de pessoas menos favorecidas, todos os esforços devem ser feitos para que o Paraná continue plantando e colhendo algodão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a criação de uma Escola Agrícola, nível de 2. Grau, para formação de Técnicos em agricultura, pecuária, avicultura, suinocultura, reflorestamento, etc., fazendo uso das áreas de terras desapropriadas de Itaipu, através de convênio entre Itaipu, Estado do Paraná, Ministério da Educação, Ministério da Irrigação; no Município de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 04.06.87.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Existem na região grandes áreas ainda não reflorestadas e que são utilizadas por grandes proprietários da região para o cultivo de milho, e soja. A Escola Agrícola promoveria experiências de irrigação, aproveitando águas do reservatório de Itaipu em solo roxo (terra vermelha do Oeste paranaense). O Oeste do Paraná quase não tem escolas especializadas para melhor explorar sua maior riqueza: a agricultura, e nunca foi cogitada para experiências pioneiras em Projetos de Irrigação. Além disso, a população jovem é composta, em sua maior parte, por filhos de pequenos e médios agricultores, que não têm condições financeiras para fazer Curso de Nível Superior. Assim esta Escola seria de grande valia, pois formaria Técnicos Agrícolas, transformando esta população jovem em mão de obra especializada naquilo que eles sabem fazer melhor: trabalhar a terra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário,

envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Álvaro Dias e Renê Dotti, Digníssimos Governador do Estado e Secretário de Estado da Cultura, solicitando instalação de um núcleo da Secretaria de Estado da Cultura no Município de Pato Branco, Paraná.

Sala das Sessões, em 04.06.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

JUSTIFICATIVA:

A instalação de um núcleo da Secretaria de Estado da Cultura nesse Município vem ao encontro dos interesses culturais, ampla e tradicionalmente defendidos e difundidos por uma sociedade rica em atividades culturais, além do que, permitirá a esta Pasta maior facilidade para implementação de seus programas.

Imprescindível se faz ressaltar que o Município de Pato Branco e microrregião tem clamado, por longo tempo, pela instalação desse núcleo, pois a sua gente sempre primou pela imagem folclórica, fruto da riqueza cultural herdada dos ancestrais europeus emigrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, berços das tradições culturais mais ricas do país.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 90/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários Aposentados do BANESTADO, com sede e foro na cidade de Curitiba - PR.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.87.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 20 de maio de 1975 e funcionando desde então ininterruptamente, a Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado tem prestado aos funcionários daquela Instituição que deixam o trabalho ativo, toda a assistência prevista nos Estatutos, obedecido este quanto aos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal, Comissões e Departamentos - titulares e suplentes - que não recebem remuneração ou gratificação a qualquer título.

A vida dessa Associação iniciou-se, efetivamente, na data da sua fundação, quando eleita a primeira diretoria.

A partir de então a entidade passou a exercitar o modelo associativo, seguindo os padrões normalmente utilizados por outras assemelhadas e procurando sua própria peculiaridade. Em 1983 já sob a presidência de Clotário Alves Cordeiro, foi redigido, aprovado e registrado o Estatuto da

vitoriosa associação - sob n. 487084, de 11 de outubro de 1983, no Cartório de Títulos e Documentos de Curitiba.

Ao longo de sua existência a AFAB - Associação dos Funcionários Aposentados do BANESTADO tem congregado seus associados em atividades de caráter social, recreativas, culturais e esportivas e em reuniões, passeios, viagens e excursões, além de oferecer os cursos para formação e aperfeiçoamento da classe a que tem assistido com judicioso cuidado dispondo, além do mais, de equipe para assisti-la e defendê-la judicial e juridicamente.

A atividade da AFAB, por conseguinte, tem sido exemplar, merecendo o respeito e a admiração não só da Instituição cujos aposentados associa, como de outras associações.

O Reconhecimento de Utilidade Pública que ora propomos para essa entidade representa justo prêmio por esses 12 anos completados a 20 de maio passado, laborando sem qualquer interrupção em favor dos aposentados do BANESTADO e seus familiares.

Esperamos poder contar com a boa acolhida e com o indispensável apoio dos Nobres Pares desta Casa e com o seu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está em discussão a Ata que acaba de ser lida, em votação. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Após a leitura do Expediente, nós vamos proceder a verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Quero deixar registrado nos Anais da Casa que a Ata foi aprovada pelos Deputados Anibal Khury, Valderi Mendes Vilela, Nereu Carlos Massignan, Cândido Bastos, José Rogério Carvalho, Algaci Túlio, Alexandre Ceranto e Pedro Tonelli e pela Deputada Vera Agibert.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Senhora 1.ª Secretária, procederá à leitura do Expediente.

A SRA. 1.ª SECRETÁRIA - Procede à leitura do Expediente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O Deputado Pedro Tonelli requer a chamada nominal?

O SR. PEDRO TONELLI - Não, eu requeri a verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Já esta-

va aprovada, nobre Deputado, mas vamos proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

A SRA. 1.^a SECRETÁRIA - Procede à chamada nominal.

A SRA. 1.^a SECRETÁRIA - (Vera Agibert)
Termina de proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam a chamada trinta Senhores Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão e deliberação.

No Horário das Lideranças concedo a palavra à Representação do PT.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras colegas Parlamentares desta Casa. Nesta última Sessão desta Semana - ordinária é lógico -, nós mais uma vez gostaríamos de, lamentavelmente, relatar a situação, ou continuar num processo de relato da situação na qual vivem os trabalhadores do Paraná.

Quero me referir hoje ao fato ocorrido na Fazenda "Fio de Ouro" no Município de Reserva, a qual foi de propriedade do Senhor Antonio Carlos Franchello, Presidente do Londrina Esporte Clube, desapropriada pelo Governo, da qual o INCRA já estava com imissão de posse e está sendo ocupada, pelos sem-terra do Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Paraná.

O INCRA já tem a imissão da posse e, no entanto, o proprietário, com a ajuda de seus jagunços armados, está impedindo o INCRA e as famílias dos sem-terra de permanecerem na área.

A partir do dia 27 de maio passado, um jagunço chamado João Maria, passou a ameaçar de morte o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Reserva porque estava dando apoio ao INCRA e aos Trabalhadores sem-terra.

Gostaria de aproveitar para registrar a presença hoje, aqui, neste Plenário, do Presidente do sindicato- Senhor João Maria que está acompanhando esta sessão.

É lamentável que em tempos de Nova República, o INCRA, o Presidente do Sindicato e os trabalhadores sejam ameaçados pelo Presidente do Esporte Clube Londrina, juntamente com seis jagunços armados. Mais lamentável ainda, é que esse impasse permanece há uma semana e até agora poucas providências foram tomadas. Foi registrado uma queixa na Delegacia local o que obrigou a direção do sindicato representante dos sem-terra, a vir expor o problema ao Secretário de Estado de Segurança, aos Representantes do INCRA e às autoridades es-

taduais.

Isto demonstra, realmente, em que situação estão vivendo os trabalhadores do Paraná e em que situação estão jogadas as reais reivindicações e em que situação se encontra o cumprimento da Lei neste Estado. Lei esta que favorece aos trabalhadores mas não é cumprida, porque o INCRA que está com imissão da posse da terra, com a área desapropriada paga e mesmo assim, verifica-se que seis jagunços e um fazendeiro cometem o despropósito de usar armas para ameaçar de morte pessoas do INCRA, do Sindicato e trabalhadores que têm direito sobre essa terra.

Pergunta-se, portanto: é esta a reforma agrária que está sendo feita no Paraná? O governo e os seus órgãos- no caso o INCRA - realmente perderam sua força e já não conseguem mais se impor sobre a UDR?

No entanto, quando se trata de despejar os trabalhadores, a Lei é posta em prática com rigor e rapidez. Esperamos, realmente, que as autoridades tomem providências e não permitam mais o caos, como este que está acontecendo em Reserva, e em São Miguel do Iguaçu, onde também um companheiro sindicalista foi ameaçado e baleado e onde igualmente poucas providências foram tomadas.

Este é um fato a mais que reproduz a real situação dos trabalhadores nesse Estado.

Outro fato que nós temos que lamentar neste dia é o que está acontecendo em Toledo. Ali, no Oeste do Estado, onde os trabalhadores organizados através da sua associação, tem marcada sua eleição para o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Alimentação de Toledo, e os funcionários desta empresa, que estão compondo uma chapa de oposição para mudar a ordem interna do seu sindicato, são demitidos porque estão organizando uma oposição sindical para fazer com que o sindicato adote uma outra postura. Portanto, é de lamentar que uma empresa como a Sadia, por um motivo interno da categoria, venha a demitir funcionários que têm até treze anos de empresa. Temos inclusive os nomes e as provas. Funcionários que têm um passado histórico são demitidos, sem nada que os desabone, simplesmente porque querem fazer crescer o aspecto organizativo da classe trabalhadora em Toledo.

Reafirmamos as denúncias feitas, na semana passada, sobre o frigorífico de Umuarama, para as quais pedimos que fossem tomadas providências através do diálogo e da negociação, sendo que tais providências não foram tomadas.

Chegamos à conclusão que o próximo passo é acionar os direitos da Lei através da Justiça para que sejam evitadas injustiças tais como, a demissão de trabalhado-

res por participarem da associação dos funcionários de empresas de alimentação, como aconteceu no frigorífico de Umuarama. É de se lamentar que os trabalhadores continuem sendo tratados desta forma.

Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Com a palavra a representação do PL.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sob pena de pagarmos pela omissão, mantendo-nos à sombra de uma imagem que possa ser julgada provinciana, puritana, ou seja lá qual denominação venham a encontrar, não posso concordar com o estado de coisas que vêm sendo observado. Fruto de uma abertura democrática natural, desculpam-se hoje determinados atos que contrariam totalmente a preocupação social da família brasileira, célula a ser observada em qualquer circunstância.

Estamos assistindo, Senhores, uma abertura ampla, total e irrestrita, além da conta em termos de licenciosidade. Hoje tudo é permitido, sob a capa vergonhosa de que tal prática deve ser preservada como essência democrática. A liberalidade neste País chegou a tal ponto que o chefe de família se vê impotente para conter a avassaladora onda pornográfica que passou a imperar, avançando além da conta para o terreno do sexo, das drogas, da fantasia, como se isto representasse também o máximo de progresso que alcançamos neste período democrático.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Não há limites para a liberalidade nos meios de comunicação, principalmente na televisão, onde o ser humano, através do sexo, deixou de ser um instrumento agradável da natureza divina, para transformar-se num objeto explorado demagógica e criminosamente, com fins inexplicáveis.

A programação de televisão passou a ter inúmeros convites ao prazer ilusório da luxúria; a propaganda passou a ser utilizada como veículo capaz de deixar subjetivamente idéias de sexo, drogas e violência num país em que sua maioria jovem se deslumbra ante o mistério do recato que antes disfarçava determinadas situações.

Temerosos de um poder de censura que se tornou um vilão ao tentar frear este ritmo alucinante admite-se tudo e mais um pouco como se isso fosse avançado. E o chefe de família disposto a censurar pessoalmente este estado de coisa passou a ser olhado nos meios sociais como fora de moda ou até mesmo, vejam, como alguém que não concorda com a transição democrática,

como se esta prática fosse sinônimo de licenciosidade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Representante do PL, não pretendo transformar esta tribuna no holocausto daqueles cujos interesses puramente comerciais vêm usando e abusando da liberdade que se lhes concede.

Não posso porém concordar que as próprias autoridades constituídas, capazes de lançar um mutirão contra a violência, não vejam, neste estado de coisas uma contribuição importante à causa que desejam combater.

Não posso calar a minha voz em defesa da família sob pena de pecar por omissão; não posso aceitar pacificamente o que tenho observado, sob pena de, como homem público, pagar pela falta de um compromisso. Levanto-me neste instante, em nome do Partido Liberal, para alertar os nossos Constituintes em que se tantas esperanças depositamos na futura Constituição, no sentido de que mais esta reflita os anseios do povo e junto com eles, a preocupação pela família. Não podemos continuar com o nu que nada tem de artístico enfeitando, como pretendem, programações de televisão ou propaganda, que não conseguimos evitar sejam vistas por milhares de crianças e adolescentes. Precisamos preservar os valores morais que sempre caracterizaram o brasileiro sob pena de legarmos à próxima geração um país cuja licenciosidade seja injeção de ânimo para a própria violência e a desagregação da família.

O PL, embora o próprio nome o identifique, não aceita que de liberal sejamos identificados como pervertidos, tal a liberalidade que se abriu neste País, principalmente em nossos meios de comunicação como a televisão, como desculpa para um processo, ou melhor, para um progresso que só atingimos por enquanto, no sonho e na fantasia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Concedo a palavra à representação do PDT.

Com a palavra o Senhor Deputado Valderi Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente e Senhores Deputados, demais Parlamentares que integram esta Casa.

Num mundo conturbado, num Brasil conturbado em que vivemos, notamos ao longo do decorrer dos nossos dias quem procura criar dentro de si algo que realmente não venha em detrimento de outras pessoas, que procurem trabalhar e lutar pelos nossos princípios.

Outro dia, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nos surpreenderam e muito, as declarações prestadas em uma emissora

de rádio desta Capital, em que criticava e condenava a atuação da Igreja Assembléia de Deus, bem como o seu Pastor, José Pimentel de Carvalho. Gostaríamos de dizer, Senhor Presidente e nobres Deputados, que infelizmente não conhecíamos pessoalmente o Pastor José Pimentel de Carvalho, daí a nossa preocupação. Fomos então colher as informações necessárias, para verificar o que havia ocorrido com as declarações daquele radialista, e chegamos à conclusão que José Pimentel de Carvalho é um cidadão benemérito, é um cidadão honrado, nesta cidade de Curitiba e neste Estado do Paraná.

Daí, nobres Deputados, procuramos informações sobre o referido cidadão e sabemos que ele é Cidadão Honorário de Curitiba, graças às informações que conseguimos junto a alguns Parlamentares desta Casa.

Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados.

Este homem chegou ao Paraná em 1962. Soubemos, também, que, por autoria do atual nobre Deputado José Felinto, foi homenageado na Câmara Municipal de Curitiba. Tivemos a oportunidade de visitar em Bandeirantes, nossa Cidade, o trabalho dessa Igreja, na área de assistência social, e podemos afirmar com toda a certeza que a Igreja do Paraná é muito bem conduzida por este Cidadão.

Por isso, de público, aqui na Assembléia Legislativa, queremos mencionar um voto de repúdio ao radialista que criticou a referida pessoa!

Concedo o aparte ao nobre Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio- Muito obrigado, Deputado Valderi Mendes Vilela.

Quero dizer que também lamento as críticas feitas à Igreja Assembléia de Deus, e em especial ao Pastor José Pimentel de Carvalho.

Veja, Senhor Deputado, que na última sexta-feira, aquela Igreja realizou um culto de Ação de Graças aos políticos do Paraná, eleitos no último pleito eleitoral. E lá estiveram o Governador Álvaro Dias, Prefeito de Curitiba, Roberto Requião de Melo e Silva, o Deputado Federal José Carlos Martinez, e Deputados Estaduais José Felinto e Algaci Túlio. Presenciamos um culto realmente dos mais interessantes e significativos e que tocou profundamente o coração de todos nós, e não podemos realmente entender, a atitude deste radialista. Eu também sou um homem de imprensa, um homem de rádio, e não entendo a atitude deste radialista. Gostaria de saber em que se baseia esta acusação, esta denúncia contra o Pastor. Lamento profundamente, e quero endossar o seu pro-

nunciamento, dizendo da minha satisfação em ter comparecido àquele culto, ao lado de outros políticos, numa noite realmente memorável para todos nós, políticos.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Concedo o aparte ao nobre Deputado José Felinto.

O Sr. José Felinto- Nobre Deputado, quero parabenizar Vossa Excelência pelo seu pronunciamento, e dizer que o pastor José Pimentel de Carvalho, que hoje é Presidente da Convenção Estadual das Assembléias de Deus, no Estado do Paraná, até o ano passado era Presidente da Convenção Nacional das Assembléias de Deus no Brasil, a qual congrega mais de 18 milhões de membros e se preocupa além da recondução do homem outrora marginalizado da sociedade ao caminho para o qual foi criado, que é o caminho da palavra de Deus. A Igreja aqui no Paraná presta serviço social de alta relevância, desde a recuperação de viciados, a recuperação de mães solteiras. Essa recuperação implantada no Brasil tem hoje, 90% de homens recuperados; homens que caíram no homossexualismo, travestis outrora trajados como mulher, voltando a ser homens, voltando assim a serem recebidos pela sociedade. A Igreja conta também com asilo de velhinhos e com considerável quantidade de creches, muitas das quais mantidas sem ajuda do Governo do Estado, mas com cujo apoio, a partir de agora, temos certeza que poderemos contar.

Eu parabeno Vossa Excelência e gostaria de convidar aquelas pessoas mal informadas, que criticam o serviço e o trabalho espiritual da igreja, que fossem fazer uma visita, tanto às obras sociais como também a Igreja Assembléia de Deus.

Muito obrigado, e parabeno Vossa Excelência pelo seu maravilhoso pronunciamento.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Muito obrigado, nobre Deputado Algaci Túlio e nobre Deputado José Felinto que trouxeram também mais subsídios ao nosso pronunciamento, agradecemos realmente.

O Sr. Ezequias Losso- Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento do orador). Quero cumprimentar Vossa Excelência pelo seu pronunciamento, ressaltando a pessoa digna do pastor José Pimentel de Carvalho. Conhecemos este eminente líder, já há muitos anos e vemos nele o exemplo de operosidade, de dedicação, não apenas ao trabalho da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, mas à própria sociedade paranaense, através de uma ação decisiva e de uma dinamização dos trabalhos da própria Igreja no Paraná e no Brasil, eis que

ele é o Presidente da Convenção Nacional como muito bem informou o Deputado José Felinto.

Estamos solidários inteiramente com o que foi dito a respeito deste valeroso homem, que é Cidadão Honorário de Curitiba e merece todo o respeito da nossa sociedade.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Muito obrigado Deputado Ezequias Losso, e para finalizar gostaria de pedir o apoio dos nobres Deputados ao nosso requerimento que envia votos de congratulações ao pastor José Pimentel de Carvalho, e à Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a representação do PFL.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Antonio Costenaro Neto.

O SR. ANTONIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Na semana passada, quinta-feira próxima passada, nós recebemos aqui no Estado do Paraná a ilustre visita do Ministro do Planejamento, Anibal Teixeira, e tivemos a oportunidade de um encontro com este Ministro na OCEPAR, Organização das Cooperativas do Paraná. E naquela oportunidade sabíamos que o Ministro tinha vindo ao Paraná para vários encontros com empresários de outros setores e também para trazer recursos para o Estado do Paraná.

Mas, na OCEPAR, onde se contravam representantes da agricultura de todo o Estado do Paraná, dirigentes de cooperativas, líderes rurais, lá estávamos representando a cooperativa do Município de Jandaia do Sul, de cuja direção nós também participamos, discutíamos todas as dificuldades, todos os ângulos das dificuldades do sistema cooperativista brasileiro, mas de um modo geral, as dificuldades que campeiam na agricultura.

Disse o Ministro com uma certa tranquilidade, com uma certa segurança, pois conviveu ao longo dos anos com o problema da agricultura, que tem conhecimento, realmente, das dificuldades do setor. Acrescentou ele que nessas suas andanças pelo Brasil afora para colher subsídios para montar o Plano Econômico Brasileiro, para o qual o Presidente Sarney lhe havia concedido um prazo de noventa dias para a elaboração, mas, em face das dificuldades que vêm ocorrendo a cada dia que passa, a falência de agricultores, de microempresários e de muitos segmentos da sociedade brasileira, o Presidente havia reduzido o prazo para trinta dias. Assim, no final

desse mês, mais precisamente no dia 30, ele teria que encerrar todas as suas pesquisas.

Mas, ontem, ouvindo a "Voz do Brasil", ainda soubemos que ele esteve em São Paulo, com o Governador Orestes Quêrcia, também colhendo subsídios para montar esse planejamento. Na "Voz do Brasil" o Ministro apresentou as reivindicações de vários setores da comunidade agrícola, mas a principal delas está em função da armazenagem, pois diferentes pessoas do setor agrícola demonstraram ao Ministro o que vem acontecendo neste País e neste Estado.

Os agricultores são convidados a produzir; acreditam nas promessas do Governo, fazem os financiamentos e aplicam a semente na terra. Os frutos vêm com abundância - graças a Deus - em função das chuvas que têm beneficiado a agricultura brasileira. Depois, nós até assistimos com uma certa ironia - naturalmente - o Ministro da Agricultura dizer que, graças ao apoio do Governo, o País este ano colheu a maior safra da história. Então eu acho que não foi graças ao Governo, não; foi graças à vontade de vencer que tem o homem do campo brasileiro, foi graças à necessidade de utilizar suas terras férteis para produzir alimentos para a sua auto-sustentação.

Mas nós perguntávamos ao Ministro, naquela oportunidade, por que o Governo estava fazendo propaganda, planejamentos, acolhendo propostas de implantação de irrigação em várias regiões brasileiras, e por que tal não acontecia no Paraná. Por que é um programa do Governador Álvaro Dias? E nós dizíamos a ele que nós temos a produção e não temos onde armazená-la, que nós temos a produção, mas não temos as indústrias necessárias, ainda, para absorver essa produção, assim como vamos ficar preocupados em aumentar ainda mais a produção? Será que o objetivo do governo é produzir mais para que o agricultor venda por menos ainda do que já está vendendo? Será que o objetivo do governo é produzir, sem saber onde colocar o produto?

Eu dizia ao Ministro considerar necessário que primeiro se faça uma política de armazenagem, de estocagem, de estoque regulador, com preços compatíveis e, depois de tudo isso, se ainda estiver faltando alimento - que eu tenho certeza que não vai faltar - aí então vamos estimular a produção através da irrigação, porque nós temos tido ao longo dos anos a frustração de algumas safras, mas na maioria elas tem sido abundantes. Assim, menos arroz que se perde por falta de colheita, por falta de armazenagem, falta de transporte, falta de condições econômicas do agricultor para colher o arroz; é o feijão que o produtor entrega de graça porque não há uma política governamental de estocagem de estoque

regulador de tantos produtos! Não vamos falar na soja, pois quase sempre as multinacionais absorvem toda a produção.

Nós dizíamos ao Ministro que esse plano econômico tem que ser elaborado rápido, mesmo. O Presidente deu um prazo de trinta dias, mas que ele fosse feito em vinte e cinco dias se possível, porque a agricultura paranaense está falida. A agricultura paranaense está como o homem que aparentemente está corado, sadio, mas o câncer o corrói por dentro e ele está fadado a morrer nos próximos dias. Essa é a agricultura paranaense, bonita no seu aspecto aparente, verdes as terras outrora vermelhas, outrora amareladas com o produto já maduro para a colheita. As máquinas cortando a lavoura, jogando nos caminhões, e o agricultor mais uma vez sonhando: "se Deus quiser o ano que vem nós vamos sair do buraco".

É necessário que se faça uma política agrícola séria, voltada para o homem do campo, voltada para aqueles que produzem, voltada àqueles que produzem o bem e o desenvolvimento desta nação.

Nós deixamos ao Ministro, assim como todos os líderes de cooperativas deixaram, a nossa grande preocupação, e ele foi interpelado então por um diretor, o Presidente da Cooperativa de Pato Branco, que disse a ele: "Ministro, amanhã eu vou falar com trinta mil ouvintes aproximadamente numa emissora de rádio onde faço um programa sobre a agricultura, eu gostaria de levar a eles uma proposta do senhor, uma palavra de esperança". Nós esperávamos que naquele momento o Ministro respondesse alguma coisa, ou ainda depois, após o pronunciamento de outros presentes, pois todos esperávamos que o Ministro iria dar alguma resposta no final do seu pronunciamento, pois o tempo é curto. Mas, infelizmente, para a decepção daquele dirigente cooperativista, para decepção de todos nós, não ficamos naquele dia sequer com uma palavra de esperança, apesar deste tão importante momento em que o Ministro estava no Estado do Paraná para colher subsídios.

Finalmente, Senhores, nós ouvimos ainda ontem um pronunciamento de um Deputado, de um nosso colega aqui falando das urgentes necessidades da agricultura e hoje eu volto a lembrar estas necessidades, sabendo da preocupação de todos os Senhores com o assunto. Esperamos que os nossos governantes voltem os olhos para os problemas reais desta nação, e que sejamos atendidos ainda que seja um pouco tarde.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a representação do PTB. (Declina).

Havendo declinado, com a palavra a representação do PDS ... (Ausente).

Estando ausente, com a palavra a representação do PMDB. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

A Mesa registra a presença do Vereador Carlos Chibisk, de Quedas do Iguaçu, em visita a esta Casa, e, principalmente, ao nobre Deputado Nereu Carlos Massignan.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 22/87 (Mensagem n. 30/87 - ex-Proposição n. 37/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 10.11.86, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de Abatiã, Araruna, Lunardelli e Rio Bom, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios das respectivas Delegacias de Polícia.- Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 23/87 (Mensagem n. 31/87 - ex-Proposição n. 38/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 16.10.86, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de Ibiporã, objetivando a prestação de serviços de segurança contra incêndios e de socorros públicos na área do referido Município.- Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 24/87 (Mensagem n. 34/87 - ex-Proposição n. 45/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados em 30.12.86, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios que especifica, com interveniência da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros do Programa de Infra-estrutura Urbana dos Municípios, Cota Parte Estadual do Imposto Sobre Combustíveis Líquidos e Gasosos, conforme especifica.- Aprovado.

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.

25/87 (Mensagem n. 35/87 - ex-Proposição n. 46/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios de Cascavel, Clevelândia, Paulo Frontin, Prudentópolis e Quatro Barras, nas datas e com objetivos que especifica.- Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 26/87 (Mensagem n. 33/87 - ex-Proposição n. 44/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo Aditivo a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, conforme especifica.- Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência, ao Projeto de Lei 67/87, que concede Título de Cidadão Benemérito ao Cel. Dagoberto Dulcídio Pereira.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Cultura, encarecendo a instalação de um núcleo da Secretaria da Cultura, no Município de Pato Branco.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Dr. Fernando Miranda, pela sua nomeação e posse na PORTOBRÁS.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando voto de louvor, ao Sr. Teobaldo Victório Machado, Diretor de Saneamento e Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a criação de uma Escola Agrícola, nível de 2º Grau, no Município de Santa Helena. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura, encarecendo seja autorizada a apresentação do Grupo Teatral da Fundação Teatro Guaíra, nas solenidades de inauguração do Ginásio de Esportes do Município de Pérola d'Oeste.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura e Abastecimento, viabilizando uma maior integração de prefeituras e maquinistas dos municípios produtores de algodão, na campanha de combate à praga, denominada "Bicudo do Algodão".- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor da CEME, no Paraná, encarecendo o envio de medicamentos para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do Município de Sarandi.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretários da Educação, Cultura, Interior, Agricultura, Planejamento e da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a necessidade de programas para o cumprimento da Lei n. 7957/84.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Jornal "O Comércio" pela passagem do seu 56º aniversário de fundação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente Estadual da LBA, encarecendo auxílio financeiro para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, Escola Especializada Nice Braga, do Município de Umuarama.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Saúde, manifestando protestos pela burocracia exagerada que rege as atitudes da Comissão de Nefrologia do INAMPS, no Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Reforma Agrária, encarecendo preferência de assentamento dos sem-terras assentados provisoriamente na Fazenda Vasto Horizonte, Município de Tibagi.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros do Planejamento e da Fazenda, viabilizando a redução do déficit público através, da dimi-

nuição dos gastos de custeio, ao invés da elevação de impostos, ou através de empréstimos compulsórios.- Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Reforma Agrária, encarecendo providências para esclarecer o acidente ocorrido na Fazenda Cristo Rei, Município de Nova Cantu.- Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, encarecendo fiscalização na empresa Sadia, do Município de Toledo.- Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Dr. Fernando Miranda, Diretor Financeiro da PORTOBRÁS.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, com apoio dos Srs. Deputados Rafael Greca, Algaci Túlio e Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Pastor José Pimentel de Carvalho, e à Igreja Evangélica Assembléia de Deus.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n. 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26/87.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 287/85, 270/86, 50 e 04/87; e dos Projetos de Resolução n. 27, 28 e 29/87.

Levanta-se a sessão.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA da 12.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 1987
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados José Rogério Carvalho e Alexandre Ceranto.

Às dez horas e cinquenta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio

Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado e Valderi Mendes Vilela (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Alves, Antônio Bárbara, Dirceu Manfrinato, Gernote Kirinus, Irondi Pugliesi, Paulo Furiatti e Werner Wanderer (07). Achando-se em licença o Senhor Deputado Nestor Baptista (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo expediente a ser lido,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 222/86, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao jornalista WALMOR MACARINI.- Aprovado. (Publicado no D.A. n. 104, de 24.9.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 225/86, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO VIKING", com sede e foro nesta Capital.- Aprovado. (Publicado no D.A. n. 106, de 29.9.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 234/86, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO ÀS MÃES NO SETOR PRIVADO DE JARDIM OLINDA", com sede no mesmo Município.- Aprovado. (Publicado no D.A. n. 112, de 08.10.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 263/86, que declara de Utilidade Pública a "SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA", de Ribeirão do Pinhal, com sede e foro no Mu-

nicípio de Ribeirão do Pinhal e Comarca do mesmo nome. Aprovado. (Publicado no D.A. n. 122, de 28.10.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 283/86, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná a Senhora MARIA DAS DORES WOUK. - Aprovado. (Publicado no D.A. n. 145, de 05.12.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 284/86, que declara de Utilidade Pública a "Sociedade Civil CATIMBÓ DE PAI GEREMIAS", com sede nesta Capital.- Aprovado. (Publicado no D.A. n. 146, de 8.12.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 286/86, que declara de Utilidade Pública Estadual o "CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE MARINGÁ", com sede e foro na cidade de Maringá.- Aprovado. (Publicado no D.A. n. 149, de 10.12.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 12/87, que declara de Utilidade Pública a "TENDA ESPIRITUALISTA FILHOS DE UMBANDA", conforme especifica.- Aprovado. (Publicado no D.A. n. 12, de 11.3.87).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 14/87, que declara de Utilidade Pública a "S.E.R. - Sociedade Espírita Renascimento", com sede e foro em Curitiba.- Aprovado. (Publicado no D.A. n. 15, de 16.3.87).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 24/87, que declara de Utilidade Pública a "FEDERAÇÃO DE ENTIDADES DE SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ", com sede e foro nesta Capital.- Aprovado. (Publicado no D.A. n. 22, de 25.03.87).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 28/87, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MENORES E EDUCADORES - APME", com sede nesta Capital.- Aprovado. (Publicado no D.A. n. 25, de 31.3.87).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 36/87, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DO PARANÁ", com sede na Cidade de Curitiba.- Aprovado. (Publicado no D.A. n. 31, de 9.4.87).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 37/87, que declara de Utilidade Pública a "CASA LATINO-AMERICANA" (CASIA), com sede nesta Capital.- Aprovado. (Publicado no D.A. n. 31, de 9.4.87).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando uma sessão ordinária, para segunda-feira, dia 08, à hora regimental,

com a Ordem do Dia já anunciada.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N. 239/87

I - exonerar, a pedido, ROSEMARY MACIEL PASSOS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria de Finanças, da Diretoria Financeira, a partir de 03 de abril de 1987.

II - prover, HERCULANO CORDEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Finanças, da Diretoria Financeira, a partir de 03 de abril de 1987.

Palácio XIX de Dezembro, em 03.04.87.

DECRETO LEGISLATIVO N. 347/87

I - prover, EDSON RAMOS BUCKER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, da Administração deste Poder.

II - prover, ALBERTO MIGUEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, da Administração deste Poder.

III - prover, ALEXANDRA MARIA BUSKEY, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, da Administração deste Poder, ficando dispensada, a pedido, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Deputado Acir Mezzadri.

IV - prover, PEDRO DISSENHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, da Administração deste Poder.

DECRETO LEGISLATIVO N. 348/87

prover, JOSANE RIZENTAL SAVAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenadoria de Expediente e Arquivo, da Diretoria Administrativa, a partir de 18 de março de 1987.

Palácio XIX de Dezembro, em 27.04.87.

DECRETO LEGISLATIVO N. 354/87

I - exonerar, a pedido, MARCOS REINSTEIN, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Gernote Kirinus.

II - prover ANTONIO RICARDO BAUM SPINDLER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Gernote Kirinus.

(Protoc. n. 3336).

DECRETO LEGISLATIVO N. 355/87

prover, ORIDES MEZARROBA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Paulino Delazeri, a partir

de 16 de abril de 1987.

(Protoc. n. 3329).

DECRETO LEGISLATIVO N. 356/87

I - exonerar, a pedido, FLADEMIR MARTINS, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Belinati.

II - prover, ROSILEINE FORTES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Belinati.

(Protoc. n. 2464)

DECRETO LEGISLATIVO N. 357/87

prover, TEREZA CRISTINA MARIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Acyr Mezzadri.

(Protoc. n. 3185).

DECRETO LEGISLATIVO N. 358/87

I - exonerar, a pedido, a partir de 01 de abril de 1987, ROSILAINE FORTES, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PDT.

II - prover, JANE GONÇALVES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 01 de abril de 1.987.

(Protoc. n. 2886).

DECRETO LEGISLATIVO N. 359/87

I - prover, MIRTES MACIEL PISSETI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ezequias Losso, ficando dispensada, a pedido, Jussara Maria Faria Losso.

III - prover, VIVIAN SCHMIDT MALMANN ANDRADE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do Partido Liberal, ficando dispensado, a pedido, Júlio César Ribeiro.

III - prover, EDUARDO VICTÓRIA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do Partido Liberal, ficando dispensado, a pedido, Ernesto Hansen de Castilho.

(Protoc. n. 2817).

DECRETO LEGISLATIVO N. 360/87

prover, SYLVIA HELOIZA DA SILVEIRA SOLHEID, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Domingos Scarpellini, a partir de 01 de fevereiro de 1987.

(Protoc. n. 2816).

DECRETO LEGISLATIVO N. 361/87

prover ANNA KISSNER ROSA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Annibelli.

(Protoc. n. 2672).

DECRETO LEGISLATIVO N. 362/87

prover, DURVAL MARTINS DE LIMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Paulo César Furiatti, ficando dispensada, a pedido, Beatriz Freza Neiva de Macedo.

(Protoc. n. 2670).

DECRETO LEGISLATIVO N. 363/87

I - exonerar, a pedido, ANTÔNIO NEIVA DE MACEDO FILHO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Paulo César Furiatti.

II - exonerar, a pedido, MARIA OLIVIA BUENO TINOCO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete do Deputado Paulo César Furiatti.

III - prover, MARIA OLIVIA BUENO TINOCO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Paulo César Furiatti.

IV - prover, ANA LÚCIA LUNARDI DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete do Deputado Paulo César Furiatti.

(Protoc. n. 2668).

DECRETO LEGISLATIVO N. 364/87

I - prover, MARIA DE LOURDES BARBOSA JORGE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, ficando dispensado, a pedido, Francisco José Penteado Setti.

II - prover, LUIZ HENRIQUE DE BARBOSA JORGE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, ficando dispensada, a pedido, Maria Cecília Assumpção Penteado Setti.

(Protoc. n. 2648).

DECRETO LEGISLATIVO N. 365/87

I - exonerar, a pedido, ROSANA DE OLIVEIRA MORAES, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PTB.

II - prover JOSÉ CARLOS SAVINIEC, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PTB.

(Protoc. n. 2631).

DECRETO LEGISLATIVO N. 366/87

I - exonerar, a pedido, ELOI ALCEU HELLA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Acyr Mezzadri, a partir de 01 de abril de 1987.

II - prover, SÉRVULO BATISTA DA CRUZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5 do Gabinete do Deputado Acyr Mezzadri, a partir de 01 de abril de 1987.

(Protoc. n. 2628).

DECRETO LEGISLATIVO N. 367/87

I - exonerar, a pedido, a partir de 01 de abril de 1987, EDSON CARLOS BERNARDELLI, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de As-

essor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Orlando Pessuti.

II - prover ROGÉRIO IURK RIBEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, do Gabinete do Deputado Orlando Pessuti, a partir de 01 de abril de 1987.

(Protoc. n. 1266).

DECRETO LEGISLATIVO N. 368/87

I - exonerar, a pedido, a partir de 01 de abril de 1987, ANIBAL ASSUNÇÃO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Orlando Pessuti.

II - prover EDSON CARLOS BERNARDELLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Orlando Pessuti, a partir de 01 de abril de 1987.

(Protoc. n. 1265).

Palácio XIX de Dezembro, em 01.05.87.

DECRETO LEGISLATIVO N. 369/87

Os Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, perceberão a partir de 01 de março de 1987, como Subsídios Fixos e Variáveis, Sessões Extraordinárias e Ajuda de Custo, os seguintes valores:

SUBSÍDIOS FIXOS	5.064,44
SUBSÍDIOS VARIÁVEIS	16.825,76
SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS	1.682,58
AJUDA DE CUSTO (Anual)	9.313,60

Palácio XIX de Dezembro, em 04.05.87.

DECRETO LEGISLATIVO N. 371/87

Os Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, perceberão a partir de 01 de abril de 1987, como Subsídios Fixos e Variáveis, Sessões Extraordinárias e Ajuda de Custo, os seguintes valores:

SUBSÍDIOS FIXOS	6.077,32
SUBSÍDIOS VARIÁVEIS	20.190,60
SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS	2.019,10
AJUDA DE CUSTO (Anual)	9.313,60

DECRETO LEGISLATIVO N. 372/87

Art. 1.º - Fica instituído no âmbito do Poder Legislativo, o PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO EDUCACIONAL, POLÍTICO, CULTURAL E PROFISSIONALIZANTE destinado aos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, de todas as categorias funcionais.

Art. 2.º - Através da Diretoria Geral, em conjunto com a Diretoria de Pessoal, serão estabelecidas as diretrizes básicas para implantação do PROGRAMA dentro das dependências do Poder Legislativo, bem como a forma de atuação do mesmo.

Art. 3.º - O PROGRAMA, criado por este Decreto, poderá supletivamente atender, através de convênios com outras Instituições Educacionais e Sociais do Estado, a sociedade paranaense através de cursos a serem ministrados especialmente no tocante

ao aprimoramento político-cultural.

Art. 4.º - A Diretoria Geral encaminhará a programação anual do PROGRAMA para apreciação e aprovação da Comissão Executiva.

Art. 5.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 05.05.87.

DECRETO LEGISLATIVO N. 373/87

mandar pagar a JOSEFA IADELKA DE SOUZA, viúva do ex-servidor deste Poder, ANTENOR FERREIRA DE SOUZA (aposentado) falecido no dia 19 de fevereiro de 1987, a título de auxílio-funeral, a importância correspondente a um (01) mês de proventos ou remuneração, nos termos do Art. 205, parágrafos 1.º e 2.º, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n. 1111).

DECRETO LEGISLATIVO N. 374/87

mandar pagar a JOSEFA IADELKA DE SOUZA, viúva do ex-servidor deste Poder, ANTENOR FERREIRA DE SOUZA (aposentado) falecido no dia 19 de fevereiro de 1987, nos termos do Art. 196, item I, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, e Art. 365, da mesma Lei, com nova redação dada pelo Art. 1.º, da Lei n. 6325, de 17 de outubro de 1972, a quota de salário-família a que tem direito, a partir do mês de março de 1987.

(Protoc. n. 1112).

DECRETO LEGISLATIVO N. 375/87

prover, VALDECIR ANTÔNIO FAÉ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Nereu Massignan, ficando dispensada, a pedido, Helena Aparecida Macedo Faé.

(Protoc. n. 3858).

DECRETO LEGISLATIVO N. 376/87

I - exonerar, a pedido, MARIA CELIA FAVA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nilton Barbosa.

II - exonerar, a pedido, JOÃO LUIZ GOEBEL, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nilton Barbosa.

III - prover, MARIA CELIA FAVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nilton Barbosa.

(Protoc. n. 3403).

DECRETO LEGISLATIVO N. 377/87

I - exonerar, a pedido, MARCIO ANTÔNIO DO NASCIMENTO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Sabino Campos.

II - prover, MARCIO ANTÔNIO DO NASCIMENTO,

para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Sabino Campos.

III - exonerar, a pedido, MARA TEREZINHA MARIOTTI, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Sabino Campos.

IV - prover, MARA TEREZINHA MARIOTTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Sabino Campos.

V - exonerar, a pedido, LAERTE GONÇALVES BEIRIGO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Sabino Campos.

(Protoc. n. 3460).

DECRETO LEGISLATIVO N. 378/87

I - exonerar, a pedido, JOÃO CÂNDIDO DE OLIVEIRA JÚNIOR, do Gabinete do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira.

II - prover, MARIA AMÉLIA GUIMARÃES DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira.

(Protoc. n. 3494).

DECRETO LEGISLATIVO N. 379/87

I - exonerar, a pedido, TEREZINHA MATOS DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado José Domingos Scarpellini, a partir de 30 de abril de 1987.

II - prover, a partir de 30 de abril de 1987, ALMIR MACHADO GRANEMANN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado José Domingos Scarpellini.

(Protoc. n. 3609).

DECRETO LEGISLATIVO N. 380/87

prover, NELSON MACHADO FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Haroldo Ferreira.

(Protoc. n. 3676).

DECRETO LEGISLATIVO N. 381/87

I - exonerar, a pedido, LÚCIA OTOMI HIROSE OKIMOTTO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Homero Oguido.

II - exonerar, a pedido, ARLINDA MARIA MORA VITA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete do Deputado Homero Oguido.

III - prover, ARLINDA MARIA MORA VITA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Homero Oguido.

IV - prover, VILMARA ZANONI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete do Deputado Homero Oguido.

(Protoc. n. 3681).

DECRETO LEGISLATIVO N. 382/87

prover, SONIA MARIA PIZZOLATO ARROSI, para

exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Sabino Campos.

(Protoc. n. 3754).

DECRETO LEGISLATIVO N. 383/87

I - exonerar, a pedido, MARIA NOBUKO KODAMA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado David Cheriegate, a partir de 30 de abril de 1987.

II- prover, ARLETE TEREZINHA COELHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado David Cheriegate, a partir de 30 de abril de 1987.

(Protoc. n. 3758).

DECRETO LEGISLATIVO N. 384/87

I - exonerar, a pedido, WILSON GALANDO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado David Cheriegate, a partir de 30 de abril de 1987.

II- prover, MARIA NOBUKO KODAMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado David Cheriegate, a partir de 30 de abril de 1987.

(Protoc. n. 3759).

DECRETO LEGISLATIVO N. 385/87

I - exonerar, a pedido, BENEDITO ANTÔNIO C. GNOATO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Eduardo Baggio.

II- prover, RICARDO CANTU BAGGIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Eduardo Baggio.

(Protocs. n. 3199 e 3838).

DECRETO LEGISLATIVO N. 386/87

I - exonerar, a pedido, ADEMIR JOSÉ DE ANDRADE WILSEK, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Acyr Mezzadri.

II- prover, ELOI ALCEU HELLA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Acyr Mezzadri.

(Protoc. n. 3842).

DECRETO LEGISLATIVO N. 387/87

I - exonerar, a pedido, ROSE APARECIDA MUNIZ, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PDT.

II- prover, JAIME TADEU LECHINSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PDT.

(Protoc. n. 3853).

DECRETO LEGISLATIVO N. 388/87

I - exonerar, a pedido, CLOVIS MARIO DE LARA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Edmar Luiz Costa.

II- prover, VERA LUCIA DE LARA, para exer-

cer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Edmar Luiz Costa.

(Protoc. n. 3409).

DECRETO LEGISLATIVO N. 389/87

I - exonerar, a pedido, SAYONARA SEDANO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, de Datilógrafa, do Gabinete da Primeira Secretaria, a partir de 30 de abril de 1987.

II - exonerar, a pedido, a partir de 30 de abril de 1987, LENY SABÓIA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta, da Coordenadoria de Finanças, da Diretoria Financeira.

III - prover, SAYONARA SEDANO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta, da Coordenadoria de Finanças, da Diretoria Financeira, a partir de 30 de abril de 1987.

DECRETO LEGISLATIVO N. 390/87

prover, REGINA CELIA PROBST, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Primeira Secretaria.

DECRETO LEGISLATIVO N. 391/87

I - exonerar, a pedido, SINÉSIO TORRES JÚNIOR, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Segunda Secretaria.

II - prover, ANA TOMOKO SHUDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Segunda Secretaria.

III - exonerar, ANA TOMOKO SHUDO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Segunda Secretaria.

IV - prover, PAULO BARBOSA MIRANDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Segunda Secretaria.

V - exonerar, a pedido, PAULO BARBOSA MIRANDA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete da Segunda Secretaria.

VI - prover, SINÉSIO TORRES JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Lindolfo Júnior.

(Protoc. n. 3936).

Palácio XIX dde Dezembro, em 14.05.87.

DECRETO LEGISLATIVO N. 392/87

mandar pagar a DIRCEA IGNEZ MARTINS, viúva do ex-Deputado Estadual Cyro Martins, falecido no dia 06 de novembro de 1986, pensão mensal no valor de cinco (05) salários-mínimos regionais, de acordo com o Art. 3º, do Decreto Legislativo n. 180/64, e nos termos das Leis n. 4763 e 54 de 05 e 22 de novembro de 1963, respectivamente, com nova redação dada pelas Leis n. 6468, de 18 de outubro de 1973, e Art. 1º, da Lei n. 7568, de 11 de janeiro de 1982, respeitando-se, desta, o Art. 3º e seus respectivos parágrafos.

(Protoc. n. 9884/86).

DECRETO LEGISLATIVO N. 393/87

I - exonerar, a pedido, THEREZA CAMPANER MANDIRA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Ezequias Losso, a partir de 01 de maio de 1987.

II - prover, GILSO TADEU BORGES DE FREITAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Ezequias Losso, a partir de 01 de maio de 1987.

(Protoc. n. 3933).

DECRETO LEGISLATIVO N. 394/87

I - exonerar, a pedido, MARIA HELENA TREVISAN ULIAN, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Alexandre Ceranto, a partir de 01 de maio de 1987.

II - prover, DENISE BORGES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Alexandre Ceranto, a partir de 01 de maio de 1987.

(Protoc. n. 3879).

DECRETO LEGISLATIVO N. 395/87

I - exonerar, a pedido, CLECY AYUMI KAWAKAMI DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Alexandre Ceranto, a partir de 01 de maio de 1987.

II - prover, GERALDO SCARPIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Alexandre Ceranto, a partir de 01 de maio de 1987.

(Protoc. n. 3877).

DECRETO LEGISLATIVO N. 396/87

I - exonerar, a pedido, CLAUDIO ANTONIO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Alexandre Ceranto, a partir de 01 de maio de 1987.

II - prover, CARLOS ALBERTO RIBEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Alexandre Ceranto, a partir de 01 de maio de 1987.

(Protoc. n. 3878).

DECRETO LEGISLATIVO N. 397/87

I - exonerar, a pedido, NEIDE BARBOSA LOPES CAIADO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado David Cheriegate, a partir de 01 de maio de 1987.

II - prover, RUBIN PILGER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado David Cheriegate, a partir de 01 de maio de 1987.

(Protoc. n. 3827).

DECRETO LEGISLATIVO N. 398/87

I - exonerar, a pedido, MARIA CRISTINA ALVES FERREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Dirceu

Manfrinato, a partir de 01 de maio de 1987.

II - prover, ANTONIO ROBERTO MANFRINATO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Dirceu Manfrinato, a partir de 01 de maio de 1987.

(Protoc. n. 3979).

DECRETO LEGISLATIVO N. 399/87

I - exonerar, a pedido, ROSELIS HESS GOEBEL, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 01 de maio de 1987.

II - prover, JOÃO LUIZ GOEBEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 01 de maio de 1987.

III - exonerar, a pedido, JOSÉ VIEIRA PINTO NETO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 01 de maio de 1987.

IV - prover, GLEISI HELENA HOFFMANN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 01.05.87.

V - prover, JOÃO CARLOS RODRIGUES DE FREITAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 01 de maio de 1987.

(Protoc. n. 3868).

DECRETO LEGISLATIVO N. 400/87

conceder a DOROTI WOLKMER LINHARES, matrícula n. 088, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe D, referência I, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial, nos termos do Art. 247 e parágrafo único da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 14 de junho de 1976 e 14 de dezembro de 1980, antecipado em razão das férias relativas aos anos de 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro.

(Protoc. n. 2165).

Palácio XIX de Dezembro, em 18.05.87.

DECRETO LEGISLATIVO N. 401/87

mandar pagar a SÉRGIO LUIZ BOSTELMANN, o qual efetuou as despesas com os funerais do ex-servidor público estadual, ora à disposição deste Poder, sem ônus para o órgão de origem, Sr. PERCY BOSTELMANN, falecido no dia 18 de abril de 1987, a título de auxílio-funeral, a importância correspondente a um (01) mês de proventos ou remuneração do ex-servidor, nos termos do Art. 205 e §§ 1. e 2., da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n. 2884).

Palácio XIX de Dezembro, em 20.05.87.

(aa) ANTONIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY - 1. Secretário
LINDOLFO JÚNIOR - 2. Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N. 102/87

mandar registrar na ficha funcional de DOROTI WOLKMER LINHARES, matrícula n. 088, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe D, Referência I, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a licença especial de três (03) meses, correspondente ao primeiro quinquênio consecutivo de serviço público, concedida pela Portaria n. 048/77, de 25 de janeiro de 1977, do Tribunal de Contas, onde fora funcionária.

(Protoc. n. 2165).

Gabinete da Diretoria Geral, em 30.04.87.

PORTARIA N. 103/87

conceder ao funcionário JOÃO FARINHAK, matrícula n. 210, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1987, a partir de 01 de junho de 1987.

(Protoc. n. 3506).

PORTARIA N. 104/87

conceder a ROSÂNGELA MARIA VARGAS KUENZER, servidora contratada deste Poder, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 27 de abril de 1987.

(Protoc. n. 3470).

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.05.87.

PORTARIA N. 105/87

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de VALTER ANTÔNIO MARCHIORATO, matrícula n. 366, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe B, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 28 de novembro de 1980 e 28 de novembro de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1981, 1982 e 1983, contadas em dobro.

(Protoc. n. 2858).

Gabinete da Diretoria Geral, em 06.05.87,

PORTARIA N. 106/87

designar RENATO EUGÊNIO REBELLO SCHAITZA, matrícula n. 0600, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Diretoria da Procuradoria.

(Protoc. n. 3720).

PORTARIA N. 107/87

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ANGELINA GARCIA PACHECO, matrícula n. 183, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1986, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei n. 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 07 de fevereiro de 1982 e 07 de fevereiro de 1986, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio, e das férias relativas aos anos de 1982, 1983 e 1984, contadas em dobro.

(Protoc. n. 1433).

PORTARIA N. 108/87

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o período de férias, conforme especifica:

MARIA DE LOURDES SANTOS - Mat. 561 - 2 meses - 1986

ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA - Mat. 045 - 2 meses - 1986

OPHIR FABELINO DE SOUZA - Mat. 483 - 4 meses - 1985 e 1986

FRANCISCA DA SILVA CAVALHEIRO - Mat. 198 - 2 meses - 1986

ANTÔNIO CECY - Mat. 060 - 2 meses - 1986

MARIA DE LOURDES GOMIDE MAFRA MAGALHÃES - Mat. 14 - 2 meses - 1986

NEUSA OLIVIA MELARA - Mat. 344 - 2 meses - 1986

WALDOMIRA DEMETERCO - Mat. 228 - 2 meses - 1986

MARIA APARECIDA DO ROCIO GEBRAN DO AMARAL - Mat. 292 - 2 meses - 1986

MARIA HERCILIA CÂMARA CONTER - Mat. 426 -

2 meses - 1986

AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS - Mat. 355 - 2 meses - 1986

OLGA POPOVITCH - Mat. 319 - 2 meses - 1986

JANET DA SILVA SANTOS - Mat. 338 - 2 meses - 1986

NELSON EMILIO MARQUES - Mat. 352 - 2 meses - 1986

MARIA DO ROCIO MEDEIROS WITOSLAWSKI - Mat. 425 - 2 meses - 1986

JOAQUINA LOURENÇO JOSÉ - mat. 211 - 2 meses - 1986

IOLANDA GUIMARÃES MELO DE CASTRO - Mat. 184 - 2 meses - 1986

CARLOS AUGUSTO FERNANDES - Mat. 116 - 2 meses - 1986

ANTÔNIO CLARET DE REZENDE - Mat. 141 - 2 meses - 1986

ROBERTO NOVAES - Mat. 130 - 2 meses - 1986

INOLAN ANTÔNIO GUIGINSKI DE OLIVEIRA - Mat. 123 - 2 meses - 1986

JOSEPHA KUCEK LEVANDOSKI - Mat. 174 - 2 meses - 1986

ALCEU IVO COSTACURTA - Mat. 040 - 2 meses - 1986

ANNA CHRISTINA DE SOUZA - Mat. 553 - 2 meses - 1986

DARCI ANTÔNIO BUDEL - mat. 087 - 2 meses - 1986

JOSINA PEREIRA JANJÃO - Mat. 157 - 2 meses - 1986

NEVINHA MARIA CARDOSO - Mat. 595 - 4 meses - 1985 e 1986

VALTER ANTÔNIO MARCHIORATO - Mat. 366 - 2 meses - 1986

JOSÉ CARLOS JANJÃO - Mat. 559 - 2 meses - 1986

LUIZA ZACK VIANTE - Mat. 213 - 2 meses - 1986

ANNA ROSA BELLO VIANA - Mat. 324 - 2 meses - 1986

MANOEL AGUIAR FILHO - Mat. 399 - 2 meses - 1986

Gabinete da Diretoria Geral, em 14.05.87.

PORTARIA N. 109/87

conceder a CIRLETE CARVALHO RIBEIRO CARTELLETE, funcionária contratada deste Poder, licença-maternidade, de acordo com o art. 392, da Consolidação das Leis do Trabalho, no período compreendido entre 11 de maio a 03 de agosto de 1987.

(Protoc. n. 4148).

Gabinete da Diretoria Geral, em 20.05.87.

PORTARIA N. 110/87

mandar contar, para efeitos de aposentadoria, nos termos da Lei n. 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n. 5434, de 16 de setembro de 1982, em favor de JURACY JOSÉ SOMMAVILLA, matrícula n. 351, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de

oito (08) anos, sete (07) meses e dez (10) dias, período compreendido entre 01 de março de 1954 e 25 de agosto de 1962 (Doc. anexo), tempo que prestou serviços em atividades regidas pela Lei Federal n. 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Protoc. n. 4069).

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.05.87.

PORTARIA N. 111/87

conceder a MARIA TEREZA MEURER, funcionária contratada deste Poder, licença-maternidade, de acordo com o art. 392, da Consolidação das Leis do Trabalho, no período compreendido entre 04 de maio a 27 de julho de 1987.

(Protoc. n. 4493).

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.05.87.

(a) CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI
Diretor Geral